

EDITORIAL

No início do século XX, o pensador marxista italiano Antonio Gramsci explicitou que a “hegemonia nasce da fábrica”¹, analisando a indissociabilidade entre processo produtivo e modos de viver, pensar e sentir a vida. As contribuições reunidas no vigésimo quarto número da Revista Eletrônica Trabalho Necessário revelam diferentes perspectivas de análise para apreender as novas determinações dessa indissociabilidade no mundo contemporâneo.

Iniciamos este número de nosso periódico com o artigo “De que é feito um império? Trabalho forçado nas colônias portuguesas”, de Raquel Varela e João Carlos Louçã, cuja análise ressalta que “Portugal foi o império que mais utilizou, através de várias formas, o trabalho forçado, sistematicamente e por mais tempo”. Considerando a intensidade, na atualidade dos países do sul da Europa, de “várias formas de desregulamentação da relação capital/trabalho num caminho de erosão dos direitos sociais associados ao trabalho”, os autores também evidenciam que “Nunca como hoje, o trabalho esteve tão distante da satisfação e realização humanas. Nunca como hoje, a ameaça do regresso a formas do passado pré-capitalista nas relações laborais, ilustrou de forma tão absoluta os caminhos possíveis da continuidade da acumulação capitalista”.

Em seguida, o atual contexto marcado por intensas formas de exploração também é explicitado por Andreza Weil e Marinez Nogueira, no artigo “Os (re)significados da informalidade no mundo do trabalho contemporâneo”. Tendo em vista a dinâmica histórica contemporânea, as particularidades do fenômeno da informalidade são tecidas, na análise das autoras, a partir de abordagens teóricas que contribuem com diferentes olhares. Diante disso, ressalta-se que os “novos modelos de gestão, impulsionados pela reestruturação produtiva, reconfiguram as relações de

¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol.4. Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

trabalho e tem como resultado um alto índice de desemprego”, consolidando um fenômeno que “vem ganhando espaço no mundo do trabalho com outras roupagens que em geral tem ocultado o caráter da precarização”.

Outra dimensão importante do cenário contemporâneo de exploração sobre o trabalho é a terceirização, que é abordada no artigo “Impactos da terceirização sobre as relações de trabalho: reflexões acerca do Projeto de Lei 4330/2004”, assinado por Cleide Tano, Alessandra Franco e Robson Luiz de França. Os autores evidenciam as repercussões do movimento histórico da “reestruturação das empresas” nas relações de trabalho, especificamente nos “processos de terceirização para os trabalhadores”, fundamentando-se em “pesquisa bibliográfica e documental centradas na legislação brasileira e nas manifestações das principais centrais sindicais do país” – a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical e a Conlutas (CLS). Dessa maneira, o artigo se propõe a instigar reflexões acerca da terceirização, apontando as possíveis mudanças provenientes da aprovação do referido projeto de lei.

Os quatro artigos seguintes tecem contribuições específicas para apreender as repercussões dos modos de pensar, agir e sentir da cultura burguesa nos processos de formação humana.

O artigo “Projetos profissionais de jovens estudantes no contexto de flexibilização do trabalho”, de autoria de Camila Tonn e Luciana Marcassa, analisa “os projetos profissionais de jovens estudantes da classe trabalhadora que estão cursando o Ensino Médio em escolas públicas da periferia urbana de Florianópolis, Santa Catarina”. Assim, a intenção dessa contribuição é “refletir sobre as ideias e valores que concorrem para a elaboração dos projetos profissionais de jovens e estudantes de escolas públicas da região do maciço central do Morro da Cruz (MMC) em Florianópolis, a fim de descortinar os elementos que são incorporados pelos jovens como passaporte necessário para inserção no mercado de trabalho”. Segundo a análise das autoras, considerando a dinâmica da reestruturação produtiva e da flexibilização das relações de trabalho, “esses jovens fundamentam seus projetos profissionais segundo os padrões de ‘empregabilidade’ então requeridos, submetendo suas

capacidades humanas criadoras, não a uma atividade realizadora, mas a uma atividade que reproduz sua condição de classe, enquanto favorece a expansão do capital”.

O artigo “Políticas públicas de qualificação, trabalho e renda no governo Lula: uma análise dos programas voltados para a juventude”, assinado por Jonas Magalhaes, “faz um balanço crítico dos programas de qualificação, trabalho e renda e da Política Nacional de Juventude no governo Lula”, ressaltando “que o horizonte colocado para a juventude converge para uma perspectiva de adequação ao modelo econômico vigente, em que a garantia do emprego é substituída pela promessa de empregabilidade”. Nesse sentido, além da perspectiva de “inserção produtiva dos jovens no mercado de trabalho”, destaca-se “o surgimento de espaços institucionais em que se fortalece a disputa pela ampliação de direitos para a população jovem, especialmente aquela em maior situação de vulnerabilidade social”.

Liliane Bordignon, por sua vez, contribui com o artigo “O Programa mulheres mil e o cooperativismo no Brasil”, tecendo um rico panorama sobre o referido programa, cuja análise evidencia que “os cursos oferecidos estão mais direcionados para a organização de cooperativas e o empreendedorismo do que para a qualificação profissional com aumento da escolaridade”. Cabe destacar que os dados apresentados nesse artigo foram levantados na pesquisa *Relações entre a expansão do ensino técnico no Brasil e os projetos de cooperação internacional com o Canadá*, sintetizando uma importante análise sobre as relações da formação para o trabalho com a perspectiva do cooperativismo no escopo do programa investigado. Trata-se, portanto, de uma contribuição que converge, em termos de temática, com os dois artigos anteriores, convidando-nos a aprofundar a reflexão sobre os processos de formação humana que estão voltados para a classe trabalhadora. Essa abordagem justifica a incorporação do artigo, uma vez que, embora não havendo claro diálogo com nossa perspectiva teórico-metodológica, a contribuição da autora, por sua coerência interna, estimula um debate fecundo com nossa linha editorial.

Finalizamos a seção de artigos com a contribuição de Flávia de Lamare sobre “‘Ser criança’ no Brasil: concepções e disputas na sociedade de classes”. A análise da autora incita-nos a refletir sobre “a filiação filosófica e ideológica da Pedagogia da Infância com a concepção neoliberal e pós-moderna de educação”, considerando a difusão da “concepção de que as creches e pré-escolas (voltadas para a classe trabalhadora) não devem ser ‘escolas’ ou espaços de perpetuação e produção do conhecimento, mas de socialização, inclusão e coesão social”. Nessa direção, tendo como base empírica os trabalhos apresentados nas reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) do grupo de trabalho “Educação de Crianças de 0 a 6 anos”, a análise da autora busca evidenciar de que modo a concepção de formação baseada no espontaneísmo e no relativismo tem perpassado o pensamento educacional voltado para a Educação Infantil, o que exige ressaltar “a renovação das formas de dominação do capitalismo neoliberal, estabelecendo nexos entre o caso brasileiro e a economia política”.

Além das análises anteriormente apresentadas temos, ainda, a contribuição de Evandro Lobão com a resenha “Um dicionário crítico de educação” sobre o relevante Dicionário da Educação do Campo, que está disponível recentemente em segunda edição. Trata-se de uma obra elaborada “por autores que vivem no Brasil e em maior ou menor grau têm como língua pátria o português”, além de ser coordenada pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, destacando-se pela proposta de “construir e socializar uma síntese de compreensão teórica da Educação do Campo com base na concepção produzida e defendida pelos movimentos sociais camponeses”.

Finalmente, a coluna Memória e Documentos, escrita por Sonia Rummert, enriquece esta edição da Trabalho Necessário ao discorrer acerca da obra “A crise do homem cotidiano e o socialismo”, texto que aborda questões relacionadas à Primavera de Praga, de autoria do filósofo de origem tcheca Karel Kosik.

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 14, número 24 – 2016

Diante desses elementos, verifica-se que as diferentes análises tecidas nesta edição contribuem para evidenciar as concepções e práticas que imbricam, conforme acepção gramsciana, modo de produção e modo de vida, sedimentando um conjunto de relações sociais que expressa o movimento histórico da luta de classes. Trata-se, portanto, de relevante percurso analítico para explicitar o processo de produção social da existência, compreendido a partir da dupla dimensão do trabalho, cujas metamorfoses na constituição do ser social e nas formas históricas de exploração da força de trabalho revelam novas mediações para apreender a dinâmica do mundo contemporâneo.

São, sem dúvida, interessantes as leituras reunidas no presente número. Compartilhamos, com prazer essas contribuições, certos de que os próximos números da Trabalho Necessário congregarão outras contribuições, também necessárias. Boa leitura a todos!